

Sumário

Apresentação	15
Nasce o corpo! Um transcurso heterogêneo – Fernando Yonezawa e Hélio Rebello Cardoso Júnior	31
Experimentação e encontro intercessor: produzindo pistas para a educação física na saúde mental – José Geraldo Damico e Luiz Fernando Bilibio	53
Uma relação entre conceito de saúde, normatividade e biopolítica – Monica Roza.....	91
A estetização da saúde – Francisco Romão Ferreira..	121
Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola – Iolanda Santos.....	141
Sobre a promoção da saúde na escola: uma contribuição da história – Fernanda Paiva	179
Desigualdades sociais, promoção da saúde e práticas corporais: por uma ressignificação contextualizada – Marcos Bagrichevsky, Adriana Estevão e Paulo Roberto Vasconcellos-Silva	221
Promoção da saúde, <i>empowerment</i> e o discurso da vida ativa – Marcos Santos Ferreira e Luis David Castiel.....	259

Quando os estilos de vida se tornam estilos de risco
– Luciana Caliman..... 291

Estratégias de governamentalidade no âmbito da pro-
moção da saúde: o controle do peso corporal como
estilo de vida saudável – Adriane Ramiro 319

Conselhos privados, escolhas e novas formas de ex-
clusão social: a obesidade como metáfora contempo-
rânea – Ivan Marcelo Gomes, Alexandre Vaz e Selvi-
no José Assmann..... 359

Obesidade e pobreza na imprensa: epidemiologia de
uma questão social – Monica Carvalho 395

Sob a égide da epidemiologia do risco: legitimidade
e controle através da normalização social – Ednalva
Neves 441

Epidemiologia e senso comum: a construção compar-
tilhada do conhecimento em saúde – José Wellington
Araújo 473

Pensamento e prática em epidemiologia e saúde pú-
blica – Miriam Graciano..... 513

Apresentação

*De que valeria a obstinação do saber
se ela apenas garantisse a aquisição de conhecimentos,
e não, de uma certa maneira
e tanto quanto possível,
o extravio daquele que conhece?
Há momento na vida em que a questão de saber
se é possível pensar de forma diferente da que se pensa
e perceber de forma diferente da que se vê
é indispensável para continuar a ver ou a refletir.
(Michel Foucault)*

O mundo contemporâneo sinaliza preocupações emblemáticas à sombra da influente racionalidade científica que incide imperativa em nações e continentes, ‘globalizados’ pela desigualdade de oportunidades, pelo acirramento do fosso abissal que distancia pobres e ricos. Sua potência, geradora de efeitos exponenciais sobre crenças e condutas, aponta que adentramos em um novo tempo, parametrizados e posicionados pela ciência numa proporção antes inimaginável. Ao assumir essa condição litúrgica, o desafio do homem aos deuses, outrora projetado na esfera *hollywoodiana* por profecias da literatura de ficção do gênero, hoje se confirma prosaicamente nas clínicas médicas superespecializadas, através das nanotecnologias produzidas em escala industrial ou nos laboratórios de genética espalhados pelo Ocidente, à espera daqueles que podem pagar por suas benesses.

Os desdobramentos da interseção entre essa racionalidade e o espaço social, à luz dos impactos tecnocientíficos, não se restringem mais a ações

normalizadoras sobre a biologia humana, agora invadem e esculpem sua substância. São processos que matizam a *biomedicalização*¹ da sociedade e a patologização da vida; que constituem e expandem as *biossociabilidades* e a *biocidadania* como referências preocupantes de uma nova realidade em ascensão.

O domínio biomedicalizante, apoiado nessa ultratecnificação das ciências da vida, revela um trabalho social deliberado para recriar definições nosológicas, e validar diagnósticos de supostas condições problemáticas que, em tese, já estariam afetando diferentes grupos de indivíduos. Ao materializar certos estados de ‘pré-enfermidade’, minuciosamente descritos e amparados pela estatística dos estudos sobre fatores de risco à saúde, emergem novas identidades, a partir das quais o *status* de ‘quase-doença’ assume lugar central.

Desse panorama, têm resultado transformações aceleradas e em perspectiva planetária, não apenas de setores-chave do mundo atual, mas, sobretudo, de valores singulares que até pouco tempo, sustentavam e dotavam de sentido a convivência em coletividade. Está em curso uma radicalização do estatuto da humanidade que torna ambíguas e fluidas as distinções ontológicas entre pessoas e coisas; que expropria nossas subjetividades; que conduz, invariavelmente, ao sofrimento do corpo e da alma.

¹ Ver Clarke et al. (2003). Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness and U.S. biomedicine. *American Sociological Review*, v. 68, p. 161-194.

Some-se a isso, o fervoroso individualismo tardo-moderno que o capitalismo líquido acolhe, exacerbando assimetrias socioeconômicas, culturais e políticas, e deslocando as fronteiras do compromisso público do Estado Moderno para a dimensão molecular dos sujeitos – que deveriam ser protagonistas-beneficiários das políticas de bem-estar social² nesse modelo de governança, ao invés de se tornarem ‘alvos’ da responsabilização por sua própria sorte.

E, claro, é preciso mencionar também a ditadura midiática³ da qual já falava Noam Chomsky décadas atrás, estabelecida pelos meios de comunicação de massa em estreita comunhão com a ideologia do capital, a serviço da ‘desinformação’ e do fomento de ideias que volatilizam os debates críticos sobre questões na pauta do dia. A “fabricação do consenso” despolitizador, para usar uma expressão chomskiana, encontra-se amalgamada a todas as instâncias do cotidiano; desde as micropolíticas discursivas que edificam comportamentos consumistas, como meta primeira da existência humana, até o ditame das macroestruturas de poder de megacorporações e governos, cujas escolhas decisórias vertem de forma implacável sobre populações e grupos marginalizados.

² Também conhecidas como políticas do *welfare state*. No Brasil, elas nunca chegaram a adquirir qualquer conotação similar à ampla proteção do Estado, expressada concretamente (pelo menos até a década de 1980) em países europeus como Alemanha, Inglaterra ou França.

³ Ver Chomsky e Herman (1988). *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.

Não se pode perder de vista que as patologias sociais das quais padecem países desiguais como o Brasil, têm gerado corpos enfermos e agonizantes, governamentalizados por retóricas e práticas que nos distanciam da capacidade de resistir às armadilhas da subjugação neoliberal de toda ordem.

Indiscutivelmente, há um enorme lastro de vinculações entre as problemáticas relativas ao processo saúde-doença-cuidado e à gestão política da vida exercida pelas instituições sociais do nosso tempo. A pujança valorativa do meio acadêmico sobre o contexto anunciado se reafirma nos próprios acontecimentos diários da realidade.

Esse cenário complexo e delicado demanda dos pesquisadores – em especial, no campo da saúde – ampliação urgente de investigações, eticamente comprometidas em dar respostas significativas às agruras societárias do novo século ou, pelo menos, dispostas a indagá-las de maneira cabal.

Todavia, não se trata aqui de desqualificar o importante acúmulo da produção científica em saúde, nem de outorgar ao campo a função de redentor dos males que a humanidade enfrenta. Queremos, sim, apontar a premência de se trazer à tona e tensionar os muitos dilemas imbricados na própria gênese dos saberes da ciência contemporânea, cujos investimentos estatais têm se misturado de forma perigosa a interesses mercadológicos, bélicos e midiáticos. Em geral, quando detectadas, tais interfaces ainda emergem de maneira difusa, tímida, quando não desprezadas ou rechaçadas por representantes do espaço acadêmico.

Posicionada como têmpera de um projeto social crítico, aberto, político, epistemológico, e em

permanente revisão, a *Saúde Coletiva*⁴ tem produzido e oportunizado debates temáticos fecundos, frequentemente, conectando distintos pensadores e matrizes dispostos a borrar as fronteiras disciplinares e, a confrontar os modelos tradicionais de abordagem da saúde-doença-cuidado, em busca de convergentes e relevantes problematizações.

Tais empreendimentos costumam desaguar em reformulações matriciais potentes, mestiças, intelectualmente instigantes e contextualmente impactantes; uma expressão viva da densa diversidade de aportes teórico-metodológicos que o campo toma para si, e requer daqueles/as que bebem de suas fontes.

Imbuídos desse espírito, Fernando Yonezawa e Hélio Rebello Cardoso Júnior abrem o livro com o texto *Nasce o corpo! – um transcurso heterogêneo*, questionando a naturalização da noção de corpo na cultura ocidental vigente. Os autores constroem um mosaico panorâmico a partir de fragmentos históricos, eleitos para constituir certo modo de legitimar seus argumentos. Mostram como as sociedades chamadas de ‘primitivas’ lidavam com a corporeidade, e

⁴ “Invenção brasileira, o termo **Saúde Coletiva** está hoje presente na agenda acadêmica e política de países da América Latina, do Caribe e da África. Trata-se, mais que tudo, de uma forma de abordar as relações entre conhecimentos, práticas e direitos referentes à [...] vida. Em lugar das tradicionais dicotomias [...] busca-se uma nova compreensão na qual a perspectiva interdisciplinar e o debate político em torno de temas como [...] equidade, cidadania e [...] subjetividade emergem como questões principais [vinculadas à saúde-doença]” (In: Lima, N.T.; Santana, J.P. *Saúde coletiva como compromisso: a trajetória da Abrasco*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 9).

como a ideia fragmentada de corpo, hegemônica no Ocidente, representa um marcante legado da Grécia Antiga. Em seguida, utilizando o pensamento de-leuzeano em Espinosa e Leibniz, estabelecem outras formas de pensar a corporeidade, inclusive uma alusiva à metáfora do “corpo-sem-órgãos”. Tomam esse conceito para discutir as potências virtuais do corpo e, contestar a divisão corpo-alma ainda presente em nossa sociedade, tecendo por essa via, uma relação imanente entre corporeidade, ética e política.

José Geraldo Soares Damico e Luis Fernando Bilibio respondem pelo ensaio *Experimentação e encontro intercessor: produzindo pistas para a educação física na saúde mental*. Nele, propõem uma reflexão sobre a especificidade e potência da produção do cuidado em saúde mental, considerando as possíveis contribuições da educação física, trilhadas por caminhos alternativos ao pensamento unívoco, dominante na área. Ao tomarem um *caso-pensamento* como estratégia de análise, buscam visualizar essa escrita inventiva como recurso para situar/problematizar fatos e acontecimentos da realidade. Dão fecho às análises indicando que a produção do trabalho vivo em saúde depende da experimentação e da sensibilidade do profissional-cuidador no encontro intercessor com o sujeito que está em sofrimento psíquico.

Monica Roza, por sua vez, trata de *Uma relação entre conceito de saúde, normatividade e biopolítica*. Seu trabalho investe em ressignificações de práticas construídas no campo sanitário, interpretando a saúde como *valor propulsivo* atrelado à vida. A autora questiona a noção de saúde que se traduz como redução de sintomas ‘objetivos’, uma idealização que

a tipifica (a saúde) como algo natural – reflexo do modelo biomédico que se empenha em enquadrá-la, diante de toda sua complexidade, à mera definição de um ‘perfeito bem-estar biopsicossocial’. Ao final, lança mão dos conceitos de “normatividade” e “crítica do presente”, encontrados, respectivamente, nas obras de Georges Canguilhem e Michel Foucault, para, a partir deles, pensar uma atitude ética e estética na forma de uma biopolítica que investe na potência reinventiva da vida, em sua capacidade de autopoiese.

Assinado por Francisco Romão Ferreira, o texto *A estetização da saúde* sublinha as inúmeras metamorfoses para as quais o corpo, hoje, vem sendo convocado a se submeter, fato que revela a emergência de distintas problemáticas. A especialização da biotecnociência, o crescimento dos mercados da aparência corporal, a banalização das cirurgias plásticas e as intercorrências clínicas nesse setor, posicionam a *estetização da saúde* (entendida como desígnio de valoração ‘cosmética’ a arbitrar condições acerca ‘do que’ e de ‘quem’ seria saudável) como um preocupante dilema a ser encarado pelos pesquisadores da Saúde Coletiva e áreas afins. Nessa direção, o estudo destaca os sentidos socialmente reportados ao corpo no contemporâneo, a construção dessa ‘nova’ percepção pela medicina, o papel das motivações e interesses dos atores envolvidos (usuários e profissionais) e, as questões éticas daí decorrentes.

Na sequência, o ensaio de Iolanda Santos, *Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola*, problematiza os empreendimentos institucionais mencionados no subtítulo, mergulhando nos interstícios que conectam o caráter curativo/terapêutico ao

processo pedagógico, para examiná-los sob um olhar pós-estruturalista. Inspirado na perspectiva foucaultiana, o texto permite pensar algumas práticas de controle dos sujeitos que se dão no ambiente escolar, através das tecnologias de poder, produzindo normalizações, docilizando vontades e regulando condutas no contexto educacional (e também fora dele). A partir do acesso ao farto material empírico produzido pelos Ministérios da Saúde e da Educação para o Programa Nacional de Saúde do Escolar, Iolanda analisou como algumas das campanhas operam a constituição dos modos de ser, agir e pensar dos sujeitos, no tocante à prevenção de doenças e à regulação da saúde. Por fim, nos mostra como as sutilezas persuasivas dessas intervenções discursivas gerenciam os comportamentos das crianças, para que sejam consideradas saudáveis; enfatiza ainda que certas práticas de higiene, cuidado e cura, articuladas aos fazeres pedagógicos, posicionam a escola como campo vital para o êxito interpelativo da *educação em saúde campanhista*.

Fernanda Paiva, apoiando-se em escritos de sua tese de doutorado, também desenvolve uma reflexão que toma o espaço educacional como cenário de análise. Com o título *Sobre a promoção da saúde na escola: uma contribuição da história*, o texto busca dar visibilidade aos sentidos produzidos e veiculados pelas *theses* médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), ao longo do século XIX, e que tematizaram a educação nos *collegios* e a *educação physica*. Estruturado em três momentos, o artigo, primeiro, explicita e comenta a composição de parte do *corpus* documental pesquisado. Em seguida, examina e põe em xeque a

representação do pensamento médico-higienista do século XIX, que forneceu as bases para a *biologização* da educação física. A autora defende a necessária desnaturalização desse ideário, em função do tributo à área, que alavancou o processo de escolarização projetado pelos médicos. Na terceira e última parte, foram sistematizados três tópicos de discussão sobre a *educação para saúde*, a saber: (i) a colaboração da *educação physica* como ‘saneadora do ambiente’; (ii) a *educação physica* como pilar da educação integral; (iii) e, o ‘lugar’ da *educação physica* na reordenação das especificidades da medicina.

Ao reconhecer a relevância dos estudos sobre as iniquidades sociais, tanto para compreensão do processo saúde-adoecimento das coletividades quanto para tomada de decisão política na gestão em saúde, o texto assinado por Marcos Bagrichevsky, Adriana Estevão e Paulo Roberto Vasconcellos-Silva, propõe uma análise que articula essa temática à questão das práticas corporais e sua institucionalização no setor saúde no Brasil. O trabalho inicia resgatando as perspectivas ético-políticas de Alma-Ata (1978), legitimadoras do ideário da Atenção primária e da Promoção da saúde, buscando apontar sua relação histórica estruturante com alguns elementos pontuais do vasto e complexo debate acerca das iniquidades sociais em saúde e das estratégias do Estado para contorná-las. Com base em tais pressupostos introdutórios, examina o contexto de duas iniciativas públicas, em solo capixaba, que fomentam práticas corporais/atividades físicas. O estudo conclui, sinalizando a existência de um quadro intraurbano de disparidades socio sanitárias e econômicas que persiste na cidade de Vitória (ES), negligenciado

pela gestão pública durante o processo de implantação e expansão dessas iniciativas no município.

Marcos Santos Ferreira e Luis David Castiel apresentam uma reflexão sobre a tríade *Promoção da saúde, empowerment e o discurso da vida ativa*, enfatizando o quanto a Promoção da Saúde se tornou uma referência que vem subsidiando ações e políticas sanitárias. Entretanto, sua ambiguidade pode colocá-la tanto a serviço do *status quo* dominante, quanto de projetos socialmente transformadores. Questionam como o *empowerment*, considerado um dos pilares da Promoção da Saúde, pode se prestar a esse papel. Para tanto, analisam a dubiedade da noção de *empowerment* explorada pelo “Agita São Paulo”: programa de fomento à *vida ativa*, autorreferenciado como modelo de Promoção da Saúde. Ao final, os autores inferem que a iniciativa institucional mencionada, além de se vincular a uma visão bastante restritiva, é um dos exemplos mais cabais do conservadorismo que perfila certas práticas e ideias de tal nicho, nada afeitas aos princípios, valores e lutas sociais históricas que deram origem ao SUS.

Em seguida, o estudo de Luciana Caliman resgata a abordagem do biopoder na obra de Michel Foucault, com o objetivo de identificar suas limitações e possíveis utilizações na análise da subjetividade contemporânea. Destaca a redefinição tecnocientífica da noção de vida, sua despolitização e a constituição das identidades somáticas. E dá enfoque especial ao exame da expansão do pensamento e das tecnologias de gestão do risco no campo da saúde, em dado momento, quando *os estilos de vida se tornaram estilos de risco*. Em todo o percurso textual, afirma que as pesquisas

foucaultianas podem ainda oferecer ferramentas úteis para o debate em torno do biopoder na atualidade. Essas análises possibilitam a construção de um pensamento crítico sobre o panorama da gestão dos riscos, legado do projeto societário hegemônico, no qual a busca ascética pela *saúde perfeita* tem se reinventado cotidianamente.

Adriane Ramiro, por sua vez, mostra como a preocupação acentuada com o aumento de peso corporal e a obesidade é relativamente recente. Dentre os fatores que justificam a incorporação desse acontecimento como problema de Saúde Pública, ela indica: (i) o fenômeno da transição nutricional; (ii) o fato de a obesidade ser considerada uma doença crônica; (iii) e a complexa cadeia de multicausalidades envolvida na constituição de sua etiologia. Entretanto, a forma como o discurso oficial da promoção da saúde (conectado às políticas que enfatizam a alimentação saudável e a atividade física) vem sendo apresentado à sociedade, gera práticas cada vez mais totalitárias, expressas na *ordem impositiva dos estilos de vida*, produtoras de angústia e de influência perversa no comportamento das pessoas. Filiado à vertente construcionista da Psicologia Discursiva, o texto argumenta que as retóricas acerca da prevenção à obesidade e do incentivo aos estilos de vida saudáveis atuam como *estratégias de governamentalidade*, produzindo assujeitamentos despolitizadores.

Ivan Gomes, Alexandre Vaz e Selvino Assmann são signatários do texto *Conselhos privados, escolhas e novas formas de exclusão social: a obesidade como metáfora contemporânea*, que elege a ‘obesidade’ e o ‘sujeito obeso’ como metáforas dos tempos atuais. No plano geral, pretendem demonstrar como tais

metáforas contribuem para a compreensão da sociedade que habitamos, ressaltando as articulações entre liberdade, políticas do corpo e exclusão social. Apoiados na obra de Zygmunt Bauman, examinam discursos acadêmicos e midiáticos sobre saúde e demonização da obesidade (e do obeso), recortando, de sua análise empírica, ‘ciência’ e ‘moralidade’ como eixos que se entrecruzam e sustentam os conselhos oriundos desses ambientes. Concluem que a contradição e a complementaridade entre as noções de *excesso* e *leveza*, extraídas das retóricas investigadas, deixam transparecer um nexos com a analítica de Bauman: elas representam formas emblemáticas de exclusão social que enunciam a capilaridade do biopoder.

O ensaio de Monica Carvalho também traz a obesidade como tema central de estudo. A pesquisadora portuguesa analisou o modo como o par ‘obesidade-pobreza’ foi tratado na Folha de São Paulo, no período entre 1996 e 2005. A problemática investigativa se constituiu à medida que os meios de comunicação ampliavam, progressivamente, a visibilidade dos estudos epidemiológicos; esses, por sua vez, alertavam sobre um aumento da obesidade no Brasil, em especial nas camadas menos favorecidas da população. Quando vinculada à miséria, ganha destaque o caráter político que a tematização da obesidade encerra. O ‘lugar’ da pobreza se reconfigurou enquanto questão social, a partir: (i) do anúncio de que o Brasil passou a ocupar ‘outra’ posição no cenário econômico mundial; (ii) do debate sobre o atual papel do Estado; (iii) da emergência da medicalização da pobreza; (iv) e das ênfases discursivas sobre a individualização do cuidado. Os resultados

da investigação destacam o papel das conexões entre mídia e saúde no âmbito das atuais estratégias de gestão dos riscos, as quais estariam pautadas, segundo a autora, num modelo de *biogoverno*.

O artigo subsequente, *Sob a égide da epidemiologia do risco: legitimidade e controle através da normalização social*, de Ednalva Maciel Neves, advoga a importância do debate acerca das relações entre cultura e ciência, a partir do enfoque associativo entre risco e saúde – cujas repercussões tornam-se cada vez mais notórias na esfera profissional e na vida ordinária do dia a dia. A investigação privilegia o campo epidemiológico como espaço de observação e análise, em função de seu protagonismo na produção de sentidos sobre o risco e por referendá-lo como conceito científico que se presta a múltiplas interpretações concernentes à saúde-doença. Argumenta que a proliferação de significados atrelada à discursividade do risco tem se integrado às práticas médicas, com orientações de toda ordem, impondo, velada ou explicitamente, estigmatização de comportamentos, hábitos e valores, em vários contextos da existência humana. Finaliza afirmando que a racionalidade epidemiológica, ancorada nessa retórica, tem extrapolado de forma imprópria ‘seus limites inferenciais’ ao ambicionar intervir em crenças e relações sócio culturais, papel para o qual não é talhada do ponto de vista teórico-metodológico.

Epidemiologia e senso comum: a construção compartilhada do conhecimento em saúde, penúltimo ensaio do livro, tem autoria de José Wellington Araújo. O pesquisador da Fiocruz discute a necessidade e a legitimidade de se ter uma prática epidemiológica solidária aos princípios e diretrizes do SUS, apoiada nos

referenciais do criticismo histórico e de uma epistemologia social. A descentralização de decisões na gestão em saúde, as ações intersetoriais, a participação social e, o planejamento-programação-avaliação dos serviços, em nível local, requererem novas abordagens epidemiológicas. Isso tem implicações conceituais e metodológicas sobre como lidar com pequenos coletivos populacionais e dialogar com o senso comum, atividades ainda pouco frequentes nesse campo disciplinar. Subsidiado por um breve excurso rememorador, o artigo apresenta alguns elementos para a problematização da abordagem causal restrita, em detrimento da epidemiologia das populações e sua *causa ampliada*. Conclui defendendo a revalorização da *epidemiologia descritiva*, a eloquência dos indicadores de saúde e a “significação narrativa” (expressão cunhada por Juan Samaja) como complementos imprescindíveis à (in)significância estatística, para que a disciplina estabeleça interações dialógicas com os saberes populares em saúde. Propõe, por último, a utilização dos ‘achados epidemiológicos’ como temas geradores em saúde, no sentido freiriano, capazes de viabilizar uma *construção compartilhada do conhecimento em saúde*.

O texto de Miriam Graciano, *Pensamento e prática em epidemiologia e saúde pública*, dá fecho à obra. Inicialmente, coloca em destaque certas questões da epidemiologia contemporânea. A trajetória crítica empreendida pela autora, percorre desde o levantamento de insuficiências teórico-metodológicas polêmicas da disciplina até o descarte das abordagens sócio-culturais e políticas acerca do processo saúde-doença nas pesquisas epidemiológicas. Procura mostrar o entrave epistemológico de se lidar simultaneamente com conceitos que

emergem de indagações e perspectivas diferenciadas sobre o ser humano no mundo, assim como a dificuldade de se apreender e explicar, com o instrumental analítico limitado da disciplina, objetos de estudo dialeticamente situados. Sustenta, a partir de uma reflexão ética, a potencialidade e a premência de retomar configurações relacionais entre Epidemiologia, Saúde Pública e outros campos disciplinares: desse modo, haveria abertura de um universo de domínios conexos, propiciando a emergência de alternativas metodológicas ligadas à ampliação de problematizações socialmente relevantes nas investigações da área.

Na condição de organizadores da obra, e em função da significativa mobilização coletiva que ela exigiu manifestamos nosso reconhecimento a todos os colaboradores pelo compromisso no trajeto, rumo à sua produção. Foi principalmente do amparo de tais parcerias que resultou a concretização do livro que o leitor tem agora em mãos. Nessa direção, estendemos os agradecimentos a Luis Oswaldo Carneiro Rodrigues, o “LOR”, talentoso ilustrador, que, com seu traço ímpar, qualificou o projeto gráfico da capa, potencializando com humor e inteligência as pretensões críticas do trabalho; e ao amigo e parceiro Paulo Roberto Vasconcellos-Silva, por permanecer próximo, reconhecendo e apostando na continuidade de projetos comuns, e por repartir méritos.

Importante registrar ainda um especial agradecimento à Editus, pela aposta e acolhimento integral ao projeto do livro, que inclui a disponibilização simultânea de sua versão digital *on-line* gratuita (formato *open access*). Tal fato amplifica o propósito maior desse empreendimento colaborativo/integrado que,

desde sua concepção, almejava ‘retornar à sociedade’ como legítimo produto público, resultante de investimentos dessa mesma ordem. Também dirigimos nosso reconhecimento ao Alencar Júnior, pela competência no manejo da editoração gráfica, e por sua disponibilidade profissional em acolher sugestões e superar as dificuldades com rapidez.

Fruto de todos esses movimentos, a obra SAÚDE COLETIVA: DIALOGANDO SOBRE INTERFACES TEMÁTICAS demarca uma intencionalidade nucleadora de esforços e preocupações epistemológicas e ético-políticas, atinentes aos muitos saberes e práticas que tangenciam, atravessam e tomam o campo sanitário como morada. O exercício de politizar conceitos e ideias em espaços de formação humana, implicados com as práticas sociais – seja na universidade, nos serviços públicos ou na gestão em saúde –, é estratégico para o processo de enfrentamento e resistência à medicalização da vida e às desigualdades nefastas que, cada vez mais, contaminam as esferas da coletividade humana.

Esperamos que as trilhas deixadas pelo conjunto de reflexões aqui reunidas conformem linhas de fuga à inércia pífia do pensamento dominante; e se mostrem capazes de provocar (no melhor sentido da expressão) um sentimento de inquietude intelectual, um desejo insurgente de ampliação das fronteiras de criticidade e das arenas sociais para o embate/debate que tais problemáticas clamam.

Marcos Bagrichevsky
Adriana Estevão